



Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 1978

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Ernesto Gnoato.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quiêse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Werner Wanderer, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo e Renato Bernardi (31); achando-se ausentes os Senhores Deputados: José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Jayme Rodrigues Carvalho, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes e Trajano Bastos (23).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer envio de expediente ao Ex.º Sr. Presidente da TELEPAR, consubstanciado em apelo, para que seja instalado um aparelho telefônico, tipo moedeiro, nas imediações do Centro Comercial Boa Vista e outro no Jardim Paranaense.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Já não é mais desconhecido de ninguém o crescente desenvolvimento que envolve a Capital paranaense e as exigências decorrentes deste tributo de progresso.

Todos os bairros da cidade estão a reclamar uma melhor maneira de comunicação, principalmente aquela faixa de recursos mais parcos e que não dispõe em suas casas, de aparelhos telefônicos.

O sistema de instalação de telefones públicos, usados pela TELEPAR, está em parte resolvendo esta lacuna; porém, em determinados locais ainda se observa o descontentamento gerado por irracionais instalações, como é o caso do Centro Comercial Boa Vista, onde o aparelho está colocado na parte interna de um posto de gasolina, servindo apenas durante o período em que o mesmo permanece com suas portas abertas. Passado isso, quem necessitar, em caso de urgência, tem de se locomover por mais de três quilômetros, até o telefone mais

próximo, que se localiza no Juvevê.

É característico que se o serviço não permite acesso natural às pessoas, deixa de ser público para tornar-se privado; pelo menos é esta a concepção para todos aqueles de bom senso.

Para os moradores do Jardim Paranaense, o apelo coloca-se em termos de desespero, uma vez que nada existe no sentido de atendimento de comunicação, embora conste, que desde janeiro há promessa de providências por parte da TELEPAR.

Se a diretoria da empresa realmente quiser atender aquela área, poderia verificar as condições existentes para instalar um aparelho nas dependências da Farmácia Santo Antônio, onde, com a permanência de suas portas abertas durante vinte e quatro horas por dia e mais ainda por ser Farmácia, local de maior ocorrência popular, solucionaria definitivamente a carência de comunicação de massa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado pelas prerrogativas que o Regimento Interno lhe outorga, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ex.º Sr. PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL, consubstanciado em apelo, para que o mesmo evite adoção de medida relativa à transferência de verbas destinadas à Região Sul do País, para outras áreas.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A agricultura do sul do País, principalmente a do Estado do Paraná, sofrerão sensível prejuízo, se for concretizada medida anunciada pela imprensa brasileira, de que o Senador Flávio Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura teria solicitado à Presidência do Banco do Brasil que as verbas a serem destinadas para o custeio de plantio do trigo na região sul, fossem canalizadas para outras regiões do País, sob alegação de que não houve plantio em decorrência da recente estiagem que assolou o nosso Estado.

Ora, se em época normal de atividade agrícola a região necessita de apoio de verbas federais para melhor desenvolvimento, o que se pode dizer de um período subsequente a uma estiagem, que quase se caracterizou como calamidade pública?

É exatamente nesta hora que o Governo deve e precisa voltar suas vistas para uma região produtora de expressão como a do Paraná.

No momento, em que assume uma das posições de real decisão dentro da organização bancária nacional, o ex-Senador paranaense Sr. João de Mattos Leão, urge que somemos todas as forças do nosso Estado para evitar que se consume tal pretensão, altamente nociva aos nossos interesses, principalmente porque carecemos mais do que em momento algum de nossa história, de todos os recursos disponíveis e até de suplementações especiais para socorrer o povo e a economia paranaense, dependente que é, na sua maior porção, dos resultados da agricultura, agora castigada.

Qualquer medida em contrário, além de desastrosa, seria uma fronta aos direitos adquiridos pela região sul e impediria uma recuperação mais rápida para a cultura do produto.

O pedido constante deste requerimento, vem de encontro aos reclamos da Associação Comercial e Industrial de Maringá, que se preocupa com a situação reinante a respeito.

Fazemos nossas as palavras do telex enviado pela Associa-

ção Comercial e Industrial de Maringá a nós dirigido, para que este Poder Legislativo, represente, em socorro da agricultura paranaense e se credite junto aos seus integrantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Senhor Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, capeando o abaixo-assinado dos moradores das comunidades localizadas no Jardim Mercês, Jardim Pinheiro e Vila São José, desta Capital, através do qual solicitam a instalação de um aparelho de telefone público, em local que especificam, para o atendimento daqueles moradores.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa, a Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, capeando o abaixo assinado de moradores das comunidades localizadas no Jardim Mercês, Jardim Pinheiros e Vila São José, desta Capital, através do qual solicitam melhoramentos e tratamento de ruas daquelas localidades.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Antônio Fragulha, DD. Prefeito Municipal de Formosa do Oeste.

A Presidência solicita do Sr. Vice-Presidente, Deputado Jurandir Messias e do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que conduzam a este plenário a Senhorita Frida Reis, Miss Parana-guá, que está visitando a Assembléia Legislativa e encontra-se no Salão Nobre.

(É introduzida no recinto do plenário, a Srta. Frida Reis)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Mesa, em nome da Assembléia Legislativa do Estado deseja, registrando a presença da Srta. Frida Reis, eleita Miss Parana-guá, em recente concurso realizado naquela cidade litorânea, deseja como disse, expressar o seu contentamento em recebê-la. E, ao ensejo do registro da visita que nos faz, enaltecer as virtudes, a beleza da mulher paranaense que terá o seu ápice por ocasião da realização do concurso magno da beleza da mulher paranaense, a realizar-se no próximo mês, na cidade de Curitiba.

Por se constituir a Srta. Frida Reis, na primeira Miss a visitar este plenário, no concurso de 1978, fazê-mo-la portadora da homenagem, do respeito e da admiração que esta Casa devota à mulher paranaense, por tudo aquilo que ela representa na vida deste pujante Estado do Paraná. Desejamos, portanto, que neste recinto, nesta Casa de Leis, aonde os Srs. Representantes da coletividade brasileira que debatem o Estado do Paraná, discutem os problemas que afligem a nossa gente, que seja também agradável na convivência durante o espaço de tempo que aqui permanecer. E a Presidência coloca-se à disposição da Srta. Frida Reis, de portadora dos nossos cumprimentos aos seus familiares e aos seus conterrâneos parnanguaras. — (Assume a presidência o Sr. Deputado Ivo Thomazoni).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, gostaria que fosse feita chamada nominal, para ver o número de Deputados que se encontram na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Fuad Nacli é pertinente e regimental. Todavia, a Presidência visualiza 19 Srs. Deputados presentes no Plenário, com "quorum" suficiente para prosseguimento da sessão. Mas a Presidência não pode deixar de atender S. Ex.^a e determina ao Sr. 1.º Secretário, faça a chamada nominal para a constatação de "quorum".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

(Chamada interrompida pelo Sr. Presidente Ivo Thomazoni).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência observa que durante a chamada, os Srs. Deputados presentes não têm respondido. Pede, por favor um pouco de atenção na resposta à chamada que o Sr. 1.º Secretário está efetuando.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Prossegue a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 27 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão. A Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cidade de Curitiba tem sido observada como um modelo urbanístico, não somente no Brasil, mas também em outros países.

As experiências no tocante a transporte de massa, áreas de lazer, uso do solo e em outras áreas, sem dúvida tem resultado as melhores condições de vida aos milhares de curitibanos e visitantes.

Existem, entretanto, alguns problemas, que perturbam o necessário equilíbrio geral do plano humanização. Como representante de grande parcela do povo de Curitiba, tenho recebido muitos representantes que os ressaltam e apresentam sugestões, a fim de solucioná-los. Encaminhando-as aos órgãos competentes, posso testemunhar da boa vontade dos responsáveis, no sentido de dar o melhor acolhimento possível, à participação popular, na difícil tarefa de exercer o poder público.

Há algumas situações, porém, que devem merecer também uma publicação pública, de quem tem o dever de defender os interesses coletivos nos parlamentos. Por isso, abordarei, desta tribuna, uma questão que já há algum tempo tem causado muitos aborrecimentos, a elevado número de pessoas, que transitam com seus veículos em Curitiba.

Refiro-me à atuação dos encarregados pelo sistema de sinalização, das vias públicas, e dos componentes da Polícia Militar, destacados para fiscalizar a observância ao mesmo.

A colocação de sinais, de estacionamento proibido e, notadamente, de parada proibida, tem sido intensificada nos últimos tempos. Muitos destes, são plenamente justificáveis, outros porém, incompreensivelmente, se encontram em locais em que o cidadão se, o obedecer, fica inteiramente privado de sair de um veículo ou, de ao mesmo entrar.

Como exemplo, pode-se mencionar, a Rua Dr. Murici, entre a Rua Cândido Lopes e Marechal Deodoro. Neste trecho, em que estão situados os bancos, colégios e encontra-se a cruzá-lo à Rua das Flores, é simplesmente proibida a parada de veículos em ambos os lados da via pública. Não foram poucos os cidadãos, que já reclamaram de multas aplicadas, porque possibilitaram a alguém ali, desembarcar.

E é admirável, o número de guardas que ali estão permanentemente, apesar de em determinadas regiões de trânsito congestionável, dificilmente, se encontrar algum. Sem dúvidas, há necessidade de melhor planejamento, quer na colocação das placas oficiais, quer na distribuição dos policiais do Batalhão do Controle de Trânsito e no aprimoramento da ação destes.

A propósito, é oportuno considerar, o abalado raciocínio do jornalista e bacharel Dino Almeida, contido em sua conceituada coluna, publicada no domingo transato, pelos jornais "Gazeta do Povo" e "Diário Popular" e que passo a ler:

"Ontem pela manhã, andando pelas ruas tive a curiosidade de observar e contar o número de multas em pára-brisas de carros, pelo centro da cidade. Em cinco minutos contei vinte multas, e vi guarda do BCT multando outros carros. Fiz as contas rapidamente, naquele ritmo em uma hora, haviam 600 multas. Em um dia, o total chega a seis mil, se considerarmos dez horas de ação, eles trabalham na hora do almoço. E num mês, chegaríamos a 180 mil multas. Não calculei o que representa isso em dinheiro, mas dá para imaginar. Por que será que os guardas do trânsito estão multando tanto? Ouvi alguém dizer um dia, que os guardas tinham como primeiro dever, orientar, para depois punir."

Por estas razões, Sr. Presidente, formulo, desta tribuna, um apelo às autoridades competentes para que sejam tomadas as necessárias e urgentes providências, a fim de serem minimizados, se não resolvidos completamente, os problemas, aparentemente simples, acima aventados, os quais porém, como ao início falei, estão a causar aborrecimentos e até desentendimentos na Capital do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra, com satisfação, as presenças, neste plenário, do Sr. ex-Prefeito de Alvorada do Sul, Jaime Alves, Jaime Toledo, Presidente da Câmara Municipal de Alvorada do Sul e dos professores João Basílio de Oliveira e Célio de Oliveira, também de Alvorada do Sul, e do Sr. Bartolomeu Martinez Valério, Vice-Prefeito de Lupionópolis.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta manhã, para apresentar dois requerimentos. Um deles dirigido ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Educação e Cultura, fazendo um apelo para que, na cidade de Jandaia do Sul, S. Ex.^a ponha fim a um estado de coisas que vem intranquilizando os professores daquela cidade.

Antes, com a exoneração de diretores de estabelecimentos de ensino que, sem qualquer reclamação aceitamos, dadas as condições que definiram pelo Sr. Governador a participação dos Prefeitos Municipais nessas escolhas, iniciaram-se essas intranquilidades.

Mas, o que não poderemos aceitar, de forma alguma, é que, depois de tudo isso, persista a perseguição a professores que vêm lecionando e se dedicando em favor do ensino, naquele município.

Em março do corrente ano, foram distribuídas as aulas — no que nunca interferimos — porque os professores suplementaristas se habilitam, apresentam a documentação, e de acordo com os seus direitos, lhe são atribuídas as aulas. E é normal, depois da distribuição das aulas, muitos que se acham prejudicados, têm o meio de recurso.

Mas, o que não podemos aceitar de forma nenhuma, é que em março foi expedida a resolução distribuindo aulas aos professores, e agora, em pleno meio do ano, atendendo recurso sem fundamento, retira as aulas dos professores, deixando-os sem trabalho, e sem condições de procurar outro local, porquanto já não é mais época de distribuição de aulas em qualquer estabelecimento de ensino.

O requerimento que formulamos ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, é vazado nos seguintes termos: (Lê) "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educa-

ção e da Cultura, Professor Francisco Borsari Neto, para que seja revista a situação dos professores: MARIA UMBELINA FERREIRA GERALDO, ANTÔNIO ALVES DE MIRANDA e ARMANDO CASSEMIRO DA COSTA, da Unidade Polo de Jandaia do Sul, que vinham lecionando desde a fundação da Escola e, através de Resolução da Secretaria da Educação, lhes foram atribuídas a partir de março, com contrato de serviço, aulas suplementares, e agora em plena metade do ano letivo, surpreendentemente, foram substituídos pelos Professores Meri Cerqueira Leite e Nilso Lopes de Andrade, que nunca lecionaram. O apelo que se faz, é no sentido de que o recurso apresentado seja considerado em todos os seus termos, evitando assim que aqueles professores fiquem no desamparo e sem condições de novos empregos neste período do ano.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1978."

O outro requerimento Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebemos cópia de um requerimento apresentado pelo Vereador Antenor Sanches, da cidade de Maringá. Creio que outros Deputados também devem ter tomado conhecimento, em que pede a implantação em Maringá dos órgãos: Centro de Abastecimento e Pesquisa Agrícola, Centro Nacional de Pesquisas do Milho, Centro Nacional de Pesquisa da Suinocultura.

O nosso Estado, hoje, com a diversificação de suas lavouras, com a mecanização, as pequenas propriedades estão quase sem condições de sobrevivência, é preciso que de mais recursos ao pequeno agricultor, e esta é uma forma que pode garantir a sobrevivência do pequeno agricultor naquela região e nos municípios circunvizinhos.

Por isto, estamos encaminhando ao Sr. Secretário da Agricultura para que faça um estudo a respeito do assunto. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário da Agricultura do Paraná, expediente consubstanciado em moção de apoio a iniciativa do ilustre Vereador de Maringá, Antenor Sanches, aprovada por aquela Câmara Municipal, em sessão de 26 do corrente, encaminhando sugestão às autoridades Federais ligadas aos setores da Agricultura e do Planejamento, visando adotar medidas que venham favorecer e estabelecer uma estrutura tendente, a ocasionar um melhor e mais atuante desenvolvimento no setor agropecuário em nosso Estado.

A justificativa apresentada, conforme a fotocópia da moção que encaminhámos, anexo, bem nos convence da sua oportunidade e justa medida que está a merecer o Paraná, um dos Estados que mais tem contribuído para o desenvolvimento brasileiro.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1978."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra, com satisfação, a presença em plenário do Professor Juranir Januário, é Inspetor Regional de Ensino do Município de Sertãozinho.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. (Faz soar os tímpanos).

(O Sr. 1.^o Secretário procede a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — Responderam à chamada, vinte e oito Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra neste plenário a presença do Sr. Manoel Pinheiro, digníssimo Secretário da Aliança Renovadora Nacional, Diretor Municipal de Engenheiro Beltrão, da mesma forma em que registra a presença do Sr. Joaquim Viana Pereira Filho, ex-Pre-

feito Municipal de Engenheiro Beltrão.

A Presidência pede autorização aos Senhores Deputados, para quebrar a austeridade desse Plenário, e conceder dois minutos para que a Senhorita Frida Reis, Miss Paranaguá, cumpra um desejo seu, de dirigir-se ao Plenário, da tribuna e a Presidência, com satisfação, conceda-lhe a palavra.

A SRTA. FRIDA REIS — Senhor Deputado Presidente da Assembléia e demais Deputados presentes, agradeço a acolhida e aqui ficam as minhas despedidas.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para falar no horário reservado aos políticos, as bancadas aqui representadas, concedo a palavra para falar no horário da Aliança Renovadora Nacional, ao Senhor Deputado Dácio Leonel, autorizado pelo seu líder, Luiz Roberto Soares.

O SR. DÁCIO LEONEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Através do "Diário do Paraná", edição de hoje, o ex-Secretário João Elísio, procura rebater as críticas que lhe fiz desta tribuna. Só que não rebateu nada, mas muito pelo contrário, além de confessar o crime que cometeu, ainda provou que quem não tem argumentos, passa para o campo das ofensas pessoais. O que pretendeu chamar de resposta, não passou de um "monstrinho" de xingamentos onde ficou patenteado que além da inabilidade, infantilidade e atitudes de molecagem, o ex-Secretário, é também mentiroso, desaforado e maroto.

Vamos provar em todos os seus detalhes. Começa afirmando que o pânico é próprio daqueles fracos, que descobrem a sua falsa liderança e a seguir, faz um relato dos fatos, dizendo que no dia 27 de abril recebeu um pedido de lideranças de Castro, para reforma da escola e diz, 10 de maio foi a Castro informar a solução e no dia 11, oficiou à Câmara, dizendo que a verba já fora liberada, aguardando apenas as formalidades legais. Como se nota, João Elísio é réu confesso, primeiro, quem enviou a mensagem à Câmara, pedindo autorização para assinar um convênio com a Secretaria da Administração, foi o Prefeito de Castro, Ronnie Cardoso, meu companheiro.

Até agora, pasmem, Senhores Deputados, a lei não foi aprovada pela Câmara. Depois, de aprovada a lei, será publicada; depois de publicada, com o pedido escrito de reforma e com a prova de domínio do imóvel, é que será montado o processo. Depois de montado o processo, é que será preparado o convênio. Depois de preparado, é que será assinado; depois de assinado, é que será publicado na Imprensa Oficial. E, só depois de publicado, só aí, então, é que haverá liberação de verba para reforma.

Será que João Elísio já esqueceu toda tramitação? Como liberar verba de convênio se nem a lei municipal não está aprovada?

Vale lembrar que tal pedido foi feito de longa data ao Secretário, através do Prefeito de Castro, meu companheiro. Ainda, em Imbituva, quando o Governo ali esteve, voltou o Prefeito a cobrar do Secretário, essa reforma; e, ele, agora, fala de pedido feito pelo seu cabo eleitoral, poucos dias antes de deixar a Secretaria. Vale lembrar, ainda, que quase 2 anos, que durante quase 2 anos, lutamos com o Prefeito Ronnie Cardoso, para conseguir, em Castro, a reforma do Ginásio Agrícola; tudo isto foi feito: — Lei, prova de domínio, convênio firmado.

E, o que fez o Sr. João Elísio? Até o dia em que deixou a Secretaria, não liberou a verba para essa reforma e essa com convênio devidamente assinado, com lei, orçamento e tudo mais. E, da mesma forma não liberou as verbas para reformas de outros municípios que representamos: — Santo Inácio, Primeiro de Maio e Alvorada do Sul, cujas lideranças estão aqui, porque o Sr. João Elísio, apesar de firmado o convênio, apesar do Prefeito de Alvorada ter, inclusive, aberto concorrência para

fazer a reforma, ele saiu da Secretaria e não liberou verba para que fossem procedidas as reformas nesses próprios públicos do Estado.

Por quê?

Porque, os Deputados da ARENA, na grande maioria sabem porquê, porque ele está, realmente, fazendo campanha política. Já estava fazendo campanha política, porque há muito tempo, antes de deixar a Secretaria de Administração, esta é a grande verdade, o Sr. João Elísio pouco comparecia lá, porque tinha que, isto sim, é que ficar andando pelos municípios, tentando dobrar Prefeitos, tentando invadir áreas de outros Deputados. Mas, Srs. Deputados, devo dizer que a grita não é só minha. Hoje, nesta Casa, o Sr. João Elísio, deve merecer o repúdio de mais de uma dezena de Parlamentares, pois anda invadindo áreas e criando problemas. Ao se referir a Castro e à minha pessoa, na reportagem de hoje do "Diário do Paraná", depois de uma série de ofensas, diz do descontentamento das lideranças locais, com a inoperância, a incompetência, do pretendo representante parlamentar que motivou que essas lideranças o procurassem.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. DÁCIO LEONEL — Um instantinho, apenas, meu Líder.

Das duas, uma, ou é, convenientemente, esquecido, ou o Sr. João Elísio é mentiroso. Fui eu mesmo quem o animei, pasmem Srs. Deputados, fui eu mesmo quem o animei a procurar o grupo dissidente de Castro. Fui eu mesmo quem lhe disse que fosse urgente a Castro e procurasse os dissidentes, pois entendia que pudessemos fazer uma campanha saudável no meu município, já que, na verdade, não esperava que o ex-Secretário tivesse certos hábitos e manias. E quero que ele negue certos fatos. Os companheiros que o apoiam, mal sabiam que havíamos conversado nesses termos, pois, talvez, o tivessem rifado.

Sinto que gente boa de minha terra esteja apoiando quem não merece maiores considerações. Então, na verdade, estão, isto sim, gastando vela com mau defunto. E qual o grupo que o apoia? É bom que se diga: — Alguns companheiros liderados pelo ex-Prefeito Lauro Lopes.

Será que eu fui inoperante, será que fui incompetente?

Vou ler, Srs. Deputados, desta tribuna, o ofício que recebi do ex-Prefeito Lauro Lopes, no dia em que deixou a Prefeitura Municipal de Castro. O mesmo que hoje apoia João Elísio. Ofício que ele enviou-me, datado do dia 21 de janeiro de 1977. E que diz o seguinte:

"Sr. Deputado, no término do nosso mandato, não poderia deixar de manifestar com muita honra, os nossos melhores agradecimentos pela maneira com que fomos distinguidos por V. Ex.^a.

As reivindicações que fizemos em nome de nossos prezados munícipes, receberam por parte de V. Ex.^a a melhor das acolhidas. A irrestrita consideração com que fomos distinguidos por V. Ex.^a foi para nós um incentivo nas lutas que enfrentamos durante o nosso mandato. Incentivo que nos possibilitou alcançar o nosso objetivo. Num trabalho constante para engrandecer o nosso município. Desejamos votos de muito sucesso àqueles que não medem esforços para tornar o nosso Paraná, cada vez maior e melhor.

Com as expressões de nosso mais alto apreço e distinguida consideração", assina Lauro Lopes, Prefeito Municipal, no dia em que deixava a Prefeitura. O homem que reconhecia o nosso trabalho mas que por problemas de política local, que existe em todos os cantos, hoje ele apoia um homem, que já disse, gasta velas com mau defunto.

Como meu tempo é curto, no tempo da liderança, e pela gentileza que recebi de usar este horário, pelo nobre líder Luiz Roberto Soares, me permito ouvir o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado e Vice-Líder Dácio Leonel. Vossa Excelência foi excessivamente infiel de pretender falar apenas por uma dezena de Deputados. Eu tenho a impressão que Vossa Excelência fala pela quase totalidade dos Senhores Deputados.

Tem Vossa Excelência a total, irrestrita e ampla solidariedade desta bancada. Porque achamos que política, quer com companheiros, quer com adversários, deve ser realizada com um mínimo de ética. E esta ética não está sendo observada, lamentavelmente, por este candidato, que tem procurado se valendo de pseudos poderes, a mesquinhar, diminuir e apenar as potencialidades políticas e eleitorais de seus companheiros.

Todavia me incumbe registrar que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado já comunicado desta situação, não dá o seu assentimento à atuação daquele seu ex-servidor, seu ex-Secretário.

Eu acredito e tenho certeza que o Governador Jayme Canet Júnior pensa como nós e não confere o seu apoio ao comportamento deste candidato.

Tem, Vossa Excelência portanto, repito, total e completa, solidariedade de seus companheiros de bancada.

Era só, Sr. Deputado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Obrigado.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado Dácio Leonel, depois do aparte que ofereceu nosso eminente Líder, quase que seria desnecessário o nosso pronunciamento. Mas, não poderemos também deixar de nos solidarizar com Vossa Excelência, que durante estes três anos de convivência nesta Casa temos conhecido o seu trabalho, a sua conduta, a sua dedicação e de maneira nenhuma poderia ser tratado como inoperante e incompetente. A competência e a capacidade de Vossa Excelência, têm dado nesta Casa, os pronunciamentos que tem feito. Inoperante não podemos aceitar, porque sabemos da maneira e a dedicação com que Vossa Excelência tem atendido os municípios que representa nesta Casa.

O que nós temos assistido, é a falta de ética desse candidato, que deveria disputar em pé de igualdade, visitando os seus municípios, visitando os seus eleitores, trabalhando e procurando demonstrar a sua condição de candidato e de servir o município que pertence.

O que não pode é querer usar de uma Secretaria, para fazer política. Fazer a politicagem como vem fazendo no município de Castro. E tenho também num município meu, Município de Borrazópolis, onde ele procurou tirar um Prefeito do MDB para passar para a Arena. Fez a filiação, cuja filiação encontra-se em mãos do Presidente, não registrada em cartório.

De forma que o Prefeito ainda pertence ao MDB.

A esse Prefeito foi firmado um convênio. Vamos fiscalizar. E quero verificar o andamento deste convênio firmado. Esses reparos como serão feitos, porque a par desse convênio, foi feita uma promessa de cem mil cruzeiros, a um clube de japoneses e quero ver como vai ser paga esta promessa.

Estamos e vamos fiscalizar porque conhecemos também a conduta desse Prefeito, desse Prefeito que está com processo arquivado, não sei como. Mas lá no arquivo, no fórum de Faxinal, estão juntos, os cheques frios, as promissórias e este Prefeito que já exerceu o mandato, que foi afastado pela Câmara Municipal, ao qual ele vem dando cobertura e que se identifica bem com o candidato pela maneira como vem fazendo a sua campanha.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Ezequias Losso — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado Dácio Leonel. Temos observado o comportamento de Vossa Excelência não somente como parlamentar atuante mas também na Vice-Liderança

do Governo, portanto como nosso companheiro de atribuições.

Sempre vimos no seu trabalho, a dedicação, a honradez. No sentido de bem encaminhar os assuntos que lhe são confiados, seja pela liderança local, do Município de Castro, como de outros municípios, seja, pelo próprio Governo.

Portanto, com muita surpresa tomei conhecimento das afirmações do ex-Secretário João Elísio Ferraz de Campos, com relação ao seu trabalho.

Doutro lado, queremos dizer também que a experiência que tivemos com o ex-Secretário durante meses finais de sua gestão, ali na Secretaria da Administração, não foi das melhores. Alguns processos permaneceram durante o ano de 1977, adormecidos. E até a presente data não tinham ainda recebido a chancela secretarial.

A propósito, somente com o ingresso do novo Secretário, foi encaminhada uma verba para Iporã, cujo Prefeito é nosso companheiro, embora o processo já estivesse há alguns meses devidamente formalizado, com leis, com assinatura de convênios etc.

Por outro lado, nos causou surpresa a presença do ex-Secretário nesse mesmo município, para encontrar-se com grupo arenista dissidente. Ou melhor dizendo com outro grupo arenista.

Onde foram feitas as conjunturas, sem a presença de nenhum representante oficial do município.

Como Secretário de Estado ali esteve, sem dar consideração a esse Deputado, sem dar consideração ao Deputado Ivan Rüppel, como tenho conhecimento, que foi o Deputado que obteve a maior votação do partido. Sem convidar sequer o Sr. Prefeito Municipal, uma reunião feita num Clube, o que não fica bem para um Secretário de Estado.

Realmente, nobre Deputado, Vossa Excelência ao abordar desta tribuna o problema ocorrido em Castro, tem as suas razões e essas razões devem ser respeitadas.

O SR. DÁCIO LEONEL — Muito obrigado, Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Jurandir Messias — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Dácio Leonel, a sua estada, durante este mandato nesta Casa, não será o Sr. João Elísio Ferraz de Campos, que irá macular.

Vossa Excelência teve uma conduta exemplar, Vossa Excelência que sempre esteve atento aos municípios que representa. Que foi um Deputado dinâmico e eficiente, tem hoje, o respaldo — e eu tenho certeza, Deputado, das duas bancadas, porque a injustiça que Vossa Excelência recebe, através de um ex-Secretário, tenho a certeza é extensivo a todos os Srs. Deputados.

Ainda mais, quando se procura, Deputado Dácio Leonel, imacular uma pessoa que teve o tratamento de irmão aos seus colegas desta Casa. Mas para situar melhor Vossa Excelência, eu queria, aproveitando este aparte que me concede, dizer que este Deputado que representa inúmeros municípios nesta Casa, tem na Secretaria de Administração inúmeros convênios quase que fazendo um ano. E eu até queria, Sr. Deputado, acender uma velinha de aniversário que será no mês de outubro, daqueles convênios que lá estão. E por que, Sr. Deputado?

Porque os meus Prefeitos, os meus companheiros não quiseram aderir à candidatura de João Elísio Ferraz de Campos. E lá estão os meus convênios. E talvez, só quando o novo Governador do Estado, Ney Amintas de Barros Braga, é que aqueles convênios terão o prosseguimento e a tramitação legal.

Mas, Sr. Deputado, digo mais, este mesmo ex-Secretário que procura de uma maneira ou de outra, desmoralizar Vossa Excelência, desprestigiar Vossa Excelência junto às suas comunidades, também usa Sr. Deputado, carros oficiais, carros da EMOPAR com placas frias para fazer a sua campanha. É isto que o povo do Paraná, a gente do nosso Estado deve ter conhecimento para que faça amanhã, um juízo daquele que se apre-

senta junto com os nossos eleitores para procurar uma cadeira, para procurar uma eleição. E eu tenho certeza, Sr. Deputado, que a nossa gente, que o povo do Paraná, que os nossos eleitores têm conhecimento como eu e Vossa Excelência, e saberão dar, isto sim, a resposta a João Elísio Ferraz de Campos, no dia 15 de novembro, dizendo a ele um "Não", para que ele aqui não venha perturbar para que ele aqui não venha querer se dizer um representante de um povo que ele ajudou a massacrar quando lá esteve na Secretaria de Administração e na EMOPAR, usando do dinheiro de nossa gente para fazer a sua campanha com carros oficiais e placas frias.

É esta a imagem deste candidato, Sr. Deputado. Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Fuad Nacli — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento)

Todos os Srs. Deputados desta Casa, conhecem muito bem a minha situação com referência à nossa pessoa. Mas eu hoje jamais poderia deixar de apartear o nobre Deputado, porque eu acredito que a nota do "Diário Popular", é uma nota que vem atingir a todos os Srs. Deputados Estaduais, desta Casa. Nós que demos ao ex-Secretário João Elísio Ferraz de Campos a EMOPAR, uma máquina para fazer a sua politicagem, como Vossa Excelência disse bem hoje, com todo o respeito que eu tenho para com todos os Srs. Deputados, eu não poderia deixar de apartear-lo e pedir para que constasse nos Anais desta Casa, que quando tramitava por esta Casa nós fomos um daqueles que disseram: "Estamos entregando uma arma para combater amanhã a nós mesmos". Mas não só nos referimos à EMOPAR, à Secretaria de Administração. Temos ainda o Departamento de Estradas de Rodagem, as politicagens e os politiquinhos que não distinguem as suas posições e os seus cargos que ocupam.

Gostaríamos que o Líder da bancada fizesse uma reunião para que fosse exposto e levasse ao conhecimento de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, para que não se desse esse episódio que está acontecendo hoje, porque senão, dentro de poucos dias nós teremos que levantar mais problemas. Senhores que foram afastados dos seus cargos e usam a máquina administrativa do Estado, não só contra os companheiros da ARENA, mas também, contra a Oposição. Eu admito que se faça política, uma política sadia, sei muito bem quantos Prefeitos meus, subiram à Secretaria de Administração, quero confessar aqui, que muitos Prefeitos eu mandei para lá, dizendo que iam apoiar o Sr. João Elísio Ferraz de Campos, mas ele não tem o apoio dos meus Prefeitos, daqueles que foram corretos comigo, Prefeitos que tinham verbas há mais de quatro meses paradas, que tinham uma importância mínima, eles procuravam dar mais. Ainda digo muito mais: viaturas que não estavam pedidas, atendiam prontamente, e isso, servirá de alerta a todos os Srs. Deputados. Dácio Leonel, está de parabéns, por receber o apoio de toda esta bancada, e digo ainda mais: não para agradecer ao Deputado Dácio Leonel, mas, logo que me trouxeram o "Diário Popular", procurei o Líder do Governo, procurei os Srs. Deputados para que se solidarizassem com o nobre Deputado Dácio Leonel, porque Vossa Excelência não poderia ficar sozinho nesta luta, essa luta é da bancada.

É o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos) A Presidência lamenta, mas informa ao Deputado Dácio Leonel, que o tempo que dispunha da tribuna já se esgotou.

Concede-lhe tempo para as conclusões.

O SR. DÁCIO LEONEL — Logo, concedo o aparte ao Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Deputado Dácio Leonel, se desejar, a Liderança do MDB pode fornecer metade do nosso

tempo disponível. (risos).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência assegura a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, para as conclusões.

O SR. DÁCIO LEONEL — Tem o aparte o Deputado Gnoato. O Sr. Ernesto Gnoato — Eu quero me congratular com Vossa Excelência, e me solidarizar com o Deputado Ezequias Losso, porque de fato esse ex-Secretário está penetrando na região do Deputado Ezequias Losso.

Lá em Iporã ele fez uma reunião com os elementos da ARENA, que pertence ao nosso amigo Deputado Losso. Por isso eu quero, Deputado Dácio Leonel, dizer a Vossa Excelência que não é somente Iporã, na região de Xambrê também que é uma área que eu lidero, aquela região, ele está querendo pressionar. Inclusive, ele fez muita pressão com o Prefeito e Vereadores do MDB naquela região.

Deputado Dácio Leonel, Vossa Excelência merece o nosso respeito e o nosso apoio. Era só.

O SR. DÁCIO LEONEL — Muito obrigado.

Sr. Presidente, para concluir. Talvez eu devesse apenas dizer, que deixo esta tribuna, profundamente comovido, com a manifestação extraordinária de solidariedade que recebi, a começar pelo Líder da minha bancada, e a continuar por todos os demais companheiros desta Casa que se pronunciaram. E entendo que apenas, nesta solidariedade está a melhor resposta, talvez nada mais deva acrescentar, a não ser que nesta manifestação, eu entendo que as coisas estão postas em pratos limpos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência registra com satisfação a presença no plenário, do Sr. Armindo Fischer, DD. Prefeito Municipal de Nova Santa Rosa. Para falar no espaço reservado ao MDB, concedo a palavra ao Vice-Líder, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A imprensa de hoje traz uma manchete de quê, ontem, nesta Casa, um Sr. Deputado da ARENA criticou o comportamento do MDB e que o Partido calou-se.

Na verdade, não pretendíamos trazer qualquer resposta às afirmações levantadas aqui ontem, quando se invocou argumentos da literatura espanhola para tachar o MDB de Sancho Pança.

Mas, hoje, invocando o adágio inglês, que: "nada melhor do que um dia depois do outro", pudemos assistir, sem a nossa participação, a verdadeira e necessária resposta às afirmações levantadas aqui ontem, quando nos chamaram de incoerentes, de contraditórios, e de só aproveitarmos a verdade quando ela nos favorecesse.

Data vênica, a mesma palavra que ontem se levantou aqui para criticar o MDB, hoje usou a tribuna, um dia após o outro, para usar a verdade, porque ela lhe beneficia. E neste ponto, tenho que reconhecer verdade ao Deputado Dácio Leonel, que jamais poderá ser chamado de inoperante e incapacitado.

Foram suas palavras, ontem, que nos trouxeram aqui hoje.

Mas, discordo do eminente Deputado quando afirma que o MDB só usa a verdade quando lhe convém. Porque, nesta Casa mesmo, quando os Deputados do MDB criticavam os "comandos políticos", quando alteamos a voz, nesta Casa, para denunciar o uso de carros oficiais para campanhas políticas, para cortarem os convênios das Prefeituras do MDB, a nossa voz se calava aqui e não tinha ressonância na bancada arenista.

Éramos, então, os "sanchos panças".

E hoje, quando a bancada arenista é atingida por essa maneira torpe de se fazer política, de menosprezar e tripudiar com os interesses do povo, a verdade é utilizada, e deve ser dita.

Mas, reconheçam, Srs. Deputados, que nenhum partido, nesta terra, tem autoridade moral, de criticar os outros, porque somos ambos vítimas desse sistema injusto que aí está.

Quando o MDB criticou o Presidente da República, ao fechar o Congresso para criar a figura do "senador biônico", nosso Líder foi cassado e o Presidente de nosso Partido foi processado.

Então, era, ou não, Sua Excelência o Sr. Presidente da República um seguidor da filosofia de Sancho Pança, de que a verdade convinha ao sistema? Mas que verdade? A verdade da força; a verdade do arbítrio; a verdade da prepotência; a verdade que é a vontade do Chefe? Porque, infelizmente, onde estiver a vontade do Chefe, nesta Nação, está a lei. E dizer-se que aprimoramento democrático é a instituição do "senador biônico", data vênica, é uma afronta a uma consciência jurídica desenvolvida e culta de uma nação.

Por isso, Srs. Deputados, desta tribuna, queremos deixar consignado nos Anais desta Casa, uma nova interpretação da filosofia de Sancho Pança. (Lê):

"Na verdade os caminhos da oposição legal no Brasil, não tem sido fácil. Exige-se do MDB, igual comportamento e humilhação a que sistematicamente a ARENA, no correr de sua existência tem sido testemunhada pela nação. Quando a oposição diverge da vontade dos donos do poder, a oposição contesta, o MDB é impatriota e os emedebistas são inimigos da pátria.

Dentro deste contexto em que a vontade do chefe é a lei e a constituição, não pode haver verdade, porque a verdade sempre será a força do chefe. Quando o chefe diz que o pacote de abril foi pelo "aprimoramento democrático" e a oposição contestou, viu-se a fúria do olimpo desencadear-se sobre o MDB, cassando seu Líder e processando seu Presidente. Tudo isso porque tiveram aqueles homens a coragem de afirmar que "senador biônico não é aprimoramento democrático" mas puro arbítrio e prepotência, verdadeira apropriação democrática do poder. Assim, não podemos receber críticas de quem não tem, politicamente falando, moral para criticar, pois usam não apenas da verdade quando convém, mas o que é o pior, se baseiam na mentira e na farsa para manter-se politicamente.

Senador biônico e eleições indiretas em que os delegados são coagidos a votarem nos ungidos do chefe é uma farsa e só mesmo os sanchos panças do sistema, poderiam usar tais mentiras para dizerem que constituem democracia e ainda o que é mais grave, com base em tais expedientes, ainda virem criticar a oposição. Oposição que não escapa do malho dos donos do poder, porque se cala é adesista e se protesta é contestadora, inimiga da pátria."

E ainda hoje, em editorial num dos jornais que mais tem se destacado na análise política deste País, a "Folha de São Paulo", no editorial reservado a Brasília, é digno de ser destacado:

"quarenta e oito horas nos separam das convenções regionais da Arena, que escolherão os futuros Governadores. E o Palácio do Planalto continua trabalhando desesperadamente para tapar as brechas surgidas no esquema oficial de sucessão. A questão mais aguda continua sendo a de São Paulo, não só pelo peso específico desse Estado, como também pelo crescimento alarmante da candidatura dissidente do Sr. Paulo Maluf nos últimos dias. Mas ainda há riscos em outras regiões, notadamente na Paraíba e em Minas Gerais.

Talvez a administração central consiga superar esses problemas, talvez não. O que precisa ser lembrado nesta hora incerta é que toda essa confusão se deve à incompetência política dos elaboradores do "pacote de abril". Foram eles que traçaram as regras, alterando pelo arbítrio a Constituição e as leis e chegaram a este resultado.

Ninguém tem dúvidas de que o "pacote" foi um golpe para impedir a eventual transferência de Governos importantes

—como os do Rio Grande do Sul e São Paulo— às mãos da Oposição, em pleitos diretos. Tampouco é necessário demonstrar que a criação dos Senadores Biônicos objetivou manter o controle do Legislativo nas mãos da Arena. Casuístico da primeira à última linha, o "pacote" foi o instrumento preparado, há quatorze meses, para que um esquema de poder garantisse sua sobrevivência por mais alguns anos, sem consulta à vontade popular.

Imposto pela força, com o Congresso fechado, o "pacote" constitui um ato ditatorial de meia-confecção. Seus redatores não foram às últimas consequências na trilha da excepcionalidade, preferindo mascará-la com dispositivos supostamente democráticos. A mesma máquina de escrever que bateu o artigo atribuindo às convenções regionais o direito de indicar os candidatos ao Governo dos Estados, poderia ter dado ao Presidente da República tal competência.

Questão de escrúpulos, provavelmente. Como se ia retirar, ao povo, a função de escolher seus governantes, tentou-se camuflar a manobra, delegando a tarefa a um colégio eleitoral menor, na suposição de que tal corpo seria mais facilmente manobrado. Na verdade assim é, mas sempre aparecem exceções para confirmar a regra. Se a fórmula da interventoria pura e simples tivesse sido adotada, o Planalto não estaria agora com semelhantes dores de cabeça.

Por mais relevantes que sejam, os nomes envolvidos na disputa têm menos importância que a disputa em si. Embora os candidatos se digam afinados com a orientação oficial e concorram utilizando as margens legais existentes, há um nítido desafio à força que editou o "pacote" e indicou seus beneficiários.

Mudaram os tempos, ou mudaram as forças?"

Porisso, Sr. Presidente, para concluir, fica aqui registrada, não a resposta ao ilustre arenista a quem reconhecemos brilho e equidade no seu pronunciamento, mas, a uma interpretação diversa da própria filosofia utilizada e rebuscada na literatura da Espanha.

As eleições indiretas, nos moldes apenas homologatórios que a ARENA se serve, pergunto, são mais úteis às oligarquias e panelinhas encasteladas no poder, ou, ao povo que sofre as agruras da falta de liberdade para escolher seus governantes?

Para criticar o MDB, a ARENA teria que fazer o mesmo que a Oposição, na Guanabara, Pará, não apontar os Senadores "biônicos" e renunciarem seus ungidos aos Governos do Estado, daqueles Estados em que, nas Assembléias Legislativas, o MDB fizera a maioria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Dácio Leonel — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — Sr. Deputado Nilso Sguarezi, aguardei o encerramento de sua fala, porque, honestamente, em meu pronunciamento eu enfoquei alguns aspectos, mas, confesso, que, tentei captar, no pronunciamento de Vossa Excelência, alguma justificativa mais palpável àqueles aspectos que procurei trazer à tribuna, nesta Casa. Porque, eu dizia, primeiro, que, eu não entendia a manifestação da Convenção Nacional do MDB que tanto tem se batido por este Brasil afora, contra aquilo que chamou de farça às eleições indiretas, para, numa decisão, por trezentos e vinte e oito votos contra quarenta, aceitar a sua participação na chamada farsa no "pacote de abril". E eu dizia que aguardava a explicação, uma justificativa, e que elas viriam.

Abordei alguns outros aspectos também os entendimentos que tem havido entre altos líderes do MDB, especialmente por figuras como o Senador Magalhães Pinto, que, hoje, parece que é o grande homem, ou, que passou a merecer grandes aplausos e grandes palmadas nas costas, quando todos sabemos que foi um dos signatários do AI-5, e que, contra o AI-5 hoje ele se posiciona.

Referi-me a Hugo Abreu, que inclusive chegou a ter até uma participação mais ativa em todo este movimento nacional, em benefício, até quase se beneficiando de esquema do próprio MDB, que, aguardando uma participação do próprio Partido, quando, até ontem, era Chefe da Casa Militar e se dizia o homem que tramitava com os processos cassatórios em mãos.

Então eu apenas estranho, porque, honestamente, eu não vejo aqui, quando se fala em posições de Governos, se faça maciçamente, de uma forma sem condições de poder definir ou de poder liberar, ou de ter democracia para votar?

Eu me lembro, ainda quando da Reforma do Judiciário no Congresso, Vossa Excelência deve saber disto, havia uma predisposição de inúmeros parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro, no sentido de votarem favoravelmente à Reforma do Judiciário; e o que que houve, Sr. Deputado? Houve uma reunião, às pressas, da cúpula do Partido, no sentido de fixar uma posição não permitindo que alguém votasse contra, registrar a decisão na Justiça Eleitoral, para punir aqueles que votassem contra, teriam que votar contrariamente, não poderiam votar, de forma alguma, favoravelmente, à Mensagem do Executivo.

Eu abordei o aspecto, e abordei por não entender: se a filosofia do Partido é sempre uma, de ser contra a indireta, ser contra a farsa, eu não posso aceitar hoje, que se pretenda disputar, participar de uma eleição indireta, elegendo o Sr. Chagas Freitas ou quem quer que seja, no Estado do Rio de Janeiro, dentro de um processo que é condenável pelo Partido, condicionado que, se não fizer maioria, o Governador virá então a declinar do seu cargo, não será Governador.

Honestamente, Sr. Deputado, eu não aceito a formulação e, quando fiz referência a Sancho Pança, à lealdade, ao que convém, evidentemente se aplica muito bem, data vênica de Vossa Excelência, ao aspecto que nós estamos sentindo.

Vossa Excelência próprio ponderou que, hoje, nenhum Partido pode agredir o outro. Até aí, até este ponto, por serem Partidos criados do mesmo ato, vivendo dentro de mesmas condições, eu posso até aceitar, mas o que é que acontece? Até hoje a Aliança Renovadora Nacional vem sendo criticada, vem sofrendo violentas agressões, sempre da oposição, exatamente por esses posicionamentos que tem tomado.

Mas, Sr. Deputado, eu confesso e compreendo perfeitamente aquilo que eu disse ontem no encerramento do meu pronunciamento. É que a decisão da Convenção Nacional honestamente, ela não era esperada talvez, pela grande maioria dos emedebistas do interior do Brasil que tem defendido determinadas teses com tanta vibração, com tanto entusiasmo e que eu estou quase convencido, não esperavam o resultado que acabou acontecendo em Brasília na decisão da própria Convenção Nacional. É apenas um reparo que eu faço, evidentemente respeitando o ponto de vista de Vossa Excelência e agradecendo a forma gentil, cavalheiresca, aliás, muito do domínio de Vossa Excelência, no trato à pessoa desse Deputado, numa demonstração de que não obstante lutemos e nos embrenhemos em teses políticas, em opiniões e em idéias, de qualquer forma, sempre conseguimos manter o respeito, a cordialidade e a amizade entre os integrantes desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa o eminente Deputado, Nilso Sguarezi, que o seu tempo esgotou. Concede-lhe prazo para as conclusões.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eminente Deputado Dácio Leonel. Vossa Excelência diz não ter entendido o resultado da Convenção do MDB, como não ter entendido a posição atual do ex-Chefe da Casa Militar da Presidência da República e do ex-Ministro signatário do AI-5, Sr. Magalhães Pinto.

Parece-me que reside nesse aspecto a grande crise nacional que se abate sobre o Brasil. Quando todos os arenistas

entenderem o que estes dois homens estão entendendo, cairá a ditadura existente no Brasil. Parece-me que a redemocratização não depende do MDB que tem abertamente pregado isto, e a Convenção do MDB é uma tentativa, se bem que incoerente, reconheça Vossa Excelência, mas é uma tentativa de tomada de poder, para terminar com a ditadura existente. Quando todos os arenistas aderirem ao que hoje faz no Brasil, Magalhães Pinto e Hugo de Abreu, se foi a ditadura.

Parece-me que esse é o entendimento que Vossa Excelência deve ter.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Ex.^a permite um aparte? O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta,

mas o tempo já se esgotou e o eminente Deputado Nilso Sguarezi já se encontra na fase das conclusões.

O SR. NILSO SGUAREZI — Assim eu deixo a tribuna. Muito obrigado Senhor Presidente. Fica para uma outra oportunidade eminente Líder. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência registra com satisfação nesse Plenário, a presença dos Senhores Fortunato Casa Nova, digníssimo Prefeito Municipal de 1.º de Maio e do Sr. Vereador daquele Município, Manoel Velasco. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, três emendas propostas ao Projeto de Lei n.º 25/78, uma subscrita pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Luiz Gabriel Sampaio, e outras duas, subscritas também pelo Sr. Fidelcino Tolentino.

Por não atenderem aos requisitos constitucionais, a Presidência deixa de receber as respectivas emendas, e solicita que sejam todas elas devolvidas aos Senhores Deputados signatários. O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu consulto a Mesa, se o Deputado Fidelcino Tolentino perderá o prazo ou se a Mesa faculta que ele entre, na próxima segunda-feira, pois ele não está presente, dando a forma legal às emendas, e não se sinta aquele parlamentar prejudicado pela ausência de hoje, talvez pelo escoamento do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Realmente, os Senhores Deputados signatários das emendas anunciadas, perderam fatalmente o prazo, dado que o Projeto de Lei n.º 25/78, em regime de urgência, está hoje com a sua última fase de discussão e votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 148/77, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PARAÍSO DO NORTE — APMI, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 148/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PARAÍSO DO NORTE — APMI, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1978.

Augusto Carneiro

Presidente

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 17/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede na cidade de Terra Rica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 17/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Terra Rica.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência atende (TÍMPANOS)

A Presidência solicita aos eminentes Srs. Deputados tomem seus lugares, a fim de viabilizar conferência de votos.

(TÍMPANOS)

A Presidência solicita, encarecidamente, do eminente Deputado Jorge Sato, que se digne ocupar sua bancada, a fim de viabilizar a conferência de votos e constatar "quorum" regimental para decisão do Plenário. E, pede desculpas ao Sr. Deputado Jorge Sato, por intimá-lo a essa prática regimental. Agradece.

Em votação o Projeto de Lei n.º 17/78. (Pausa)

Dezenove dos Srs. Deputados, aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para deliberação; há, todavia, "quorum" para prosseguimento da sessão.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 19/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Centenário do Sul. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 19/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Centenário do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **COM SUBSTITUTIVO GERAL.** — **EM**

REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico público, para atendimento de moradores no Jardim Mercês, Jardim Pinheiro e Vila São José, desta Capital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo melhoramentos e tratamento de ruas localizadas no Jardim Mercês, Jardim Pinheiros e Vila São José desta Capital. — **Em discussão.** — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, consubstanciado em apelo a fim de que evite adoção de medida relativa à transferência de verbas destinadas à Região Sul do País, para outras áreas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, em forma de apelo, no sentido de que seja instalado um aparelho telefônico, tipo moedeiro, nas imediações do Centro Comercial Boa Vista e outro no Jardim Paranaense. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, em forma de moção de apoio a iniciativa do Vereador de Maringá, Antenor Sanches, aprovada pela Câmara Municipal de Maringá, encaminhando sugestão às autoridades ligadas aos setores da Agricultura e Planejamento, visando adotar medidas que venham favorecer uma estrutura tendendo a ocasionar um melhor e mais atuante desenvolvimento no setor agropecuário. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja revista a situação de diversos professores, da Unidade Polo de Jandaia do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 5, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 17 e 19/78. **EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/78.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 51, 53 e 54/78.

Levanta-se a sessão.